



Processo de Promoção / 2015  
Quadro de Apoio Escolar

## 002. PROVA OBJETIVA

Agente de Organização Escolar

(Área de Gestão Estratégica de Pessoas e de Recursos Humanos)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova dissertativa.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e dissertativa é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição da resposta definitiva.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha definitiva, o caderno de prova dissertativa, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**01.** A gestão democrática na escola, para ser consolidada, necessita de mudanças contínuas, de um fazer coletivo, sempre voltados para qualidade e efetividade da educação. Para a construção e efetivação desse modelo de gestão é necessário também:

- (A) desenvolver ações que hierarquizem e centralizem a administração, as decisões e as ações do âmbito escolar.
- (B) a criação e consolidação de órgão colegiado na escola, do fortalecimento da participação estudantil, do estabelecimento de formas de distribuição do poder.
- (C) nas tomadas de decisão, priorizar participação dos funcionários com melhor avaliação de desempenho e de proatividade.
- (D) estimular a participação no projeto político pedagógico, das empresas privadas do entorno da escola, para captação de recursos materiais e financiamento de atividades.
- (E) que a gestão democrática esteja desvinculada dos mecanismos legais e institucionais para exercer sua autonomia, independentemente de resoluções colegiadas e normativas.

**02.** Conforme indicado na obra: *Programa Profuncionário*, a Lei que afirma a necessidade da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes é:

- (A) Lei Federal Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- (B) Constituição do Estado de São Paulo – art. 258.
- (C) Normas Gerais de Conduta Estudantil – SP/2009.
- (D) Lei Nº 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Paulistas.
- (E) Lei Nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**03.** É correto afirmar que a busca de espaços de participação, de descentralização de poder e do exercício da cidadania são princípios básicos da gestão

- (A) de processos, em que individualidade se sobrepõe ao desenvolvimento do coletivo.
- (B) de recursos, em que se alocam os meios intangíveis das organizações.
- (C) burocrática, em que a decisão individual se sobrepõe às reais necessidades do coletivo.
- (D) autocrática, que prima pelo modelo de gestor, desconsiderando opiniões e demandas desnecessárias.
- (E) democrática, em que os processos coletivos e participativos de decisão se sobrepõem aos interesses individuais.

**04.** É correto afirmar que democratização da gestão escolar implica

- (A) a instituição de um colegiado organizado, centralizador e introspectivo que culmine na prática autocrática.
- (B) a implantação de normas de conduta ditadoras e repressivas que culminem na organização da Unidade Escolar.
- (C) a superação dos processos centralizados de decisões e a vivência da gestão colegiada.
- (D) a implantação de centralização de decisões pelo Diretor, alijando a participação da comunidade.
- (E) o cerceamento de mecanismos de decisões compartilhadas em prol da exclusão social.

**05.** Na prática da gestão escolar, quanto aos processos de participação, é correto afirmar que é

- (A) a oportunidade de exclusão para as classes menos favorecidas, por não serem as pessoas portadoras de cultura letrada, o que facilita decisões centralizadas e abertura ao diálogo, essenciais para instituições.
- (B) uma construção baseada no diálogo, geralmente entre pessoas com diferentes formações e habilidades, entre agentes com distintas competências para construção de um plano de ação coletivo e consensual.
- (C) uma construção individual, por ser esse elemento fundamental para gestão escolar participativa e, além disso, um canal que garante a efetivação da escola classificatória e elitista.
- (D) um mecanismo que tem por objetivo o não rompimento da lógica autoritária em que se estruturam as práticas de gestão escolar, portanto, articuladas ao poder centrado na figura do diretor.
- (E) um movimento que objetiva o relacionamento e poder de decisão partilhada prioritariamente pela equipe gestora, composta por pares com a mesma apropriação de conhecimentos e autoridade para tal participação.

06. Conforme pensamento de Alan Watts: "Você nunca pode usar o interior da xícara sem o exterior. O interior e o exterior estão juntos. São uma coisa só". Da mesma forma, a educação sozinha não faz mudanças, assim como a escola, que deve alinhar seus objetivos com os da comunidade escolar e do seu entorno. Um dos mecanismos de participação coletiva para prática da gestão democrática na escola, com representatividade de todos os segmentos, é

- (A) a Associação de Amigos e Moradores do Bairro, assembleia que conta com a participação de professores e frequência controlada de alunos, com o objetivo de discutir questões pedagógicas referentes ao aproveitamento escolar.
- (B) a Cooperativa Deliberativa Popular, que avalia questões pedagógicas e demandas administrativas, além dos princípios que regem as relações profissionais e a gestão de recursos financeiros da unidade escolar.
- (C) o Conselho de Escola, espaço de decisão e deliberação das questões pedagógicas, administrativas, financeiras e políticas da escola. É uma instância colegiada e participativa.
- (D) o Conselho Distrital de Educação, equipe que rege os dispositivos legais vigentes na educação do Estado, com base principalmente nas questões oriundas das comunidades e de seu entorno, contando com a participação de funcionários, orientadores e associações.
- (E) a Associação Deliberativa de Educação, criada para aprovar regimentos, autorizar curso, séries ou ciclos, além de definir currículos para a Secretaria de Educação, composta por alunos, funcionários e professores.

07. Analise as assertivas referentes ao *bullying*, atribuindo V quando forem verdadeiras e F quando consideradas falsas.

- ( ) É uma situação de agressão física e/ou psicológica entre pares, ocorrida intencional e repetidamente, sem motivo aparente que justifique tal violência, gerando consequências.
- ( ) É uma ferramenta usada principalmente pelos adolescentes nas relações interpessoais, que não interfere na aprendizagem e no desenvolvimento emocional.
- ( ) Uma das características do *bullying* é que acontece escondido, propositalmente pelos adultos, por isso a dificuldade de ser identificado.
- ( ) O *bullying* não acontece somente na escola, e sim, em qualquer lugar onde existam relações interpessoais.
- ( ) O alvo de *bullying* não precisa motivar as agressões sofridas; o autor agride o alvo gratuitamente, sem motivos aparentes.

Assinale a alternativa que possui a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, F, V, V e V.
- (B) F, F, F, V e V.
- (C) F, F, F, F e V.
- (D) V, V, F, V e V.
- (E) V, V, V, F e F.

08. Cada dia cresce mais o número de vítimas de *bullying*, não só no Brasil como em outros países. Uma pesquisa recente demonstra que, diariamente, cerca de um milhão de crianças, em todo mundo, sofre algum tipo de violência, principalmente nas escolas. Para se combater o *bullying* nas escolas, é necessário

- (A) instituir programa anti-*bullying*, desenvolvido fora do espaço escolar, tendo em vista não fazer parte da grade curricular.
- (B) indicar aos pais dos alunos menores de idade profissionais específicos para sanar a situação, uma vez que se trata de um problema social e não escolar.
- (C) formular políticas públicas que coíbam, segreguem e rotulem os envolvidos, seja agressor ou vítima.
- (D) privilegiar mecanismos alternativos e complementares de resolução de conflitos, como a justiça restaurativa.
- (E) deixar claro que a escola é um ambiente difusor de valores éticos e morais, portanto, ela não se envolve nesse tipo de conflito.

09. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, a afirmativa referente a *bullying*.

Existem dois tipos de agressões no *bullying*, a \_\_\_\_\_ (que envolve contato físico), e a \_\_\_\_\_ (psicológica e verbal).

Já o \_\_\_\_\_ acontece quando por meio de tecnologias, o \_\_\_\_\_ de *bullying* faz suas agressões psicológicas: posta, envia, publica chacotas e ameaças sobre seu \_\_\_\_\_.

- (A) subjetiva; objetiva; *bullying* de impacto; espectador; autor.
- (B) direta; indireta; *cyberbullying*; autor; alvo.
- (C) objetiva; interativa; mecanismo alternativo; autor; espectador.
- (D) subjetiva; interativa; *bullying* familiar; espectador; alvo.
- (E) indireta; direta; *notebullying*; alvo; espectador.

10. É correto afirmar que, nas escolas, os protagonistas do *bullying* comumente são
- (A) os que não fazem parte de grupos pedagógicos, e sim, dos grupos administrativos e operacionais, já que participam ativamente do processo tanto na prática quanto na assistência dos atos praticados.
  - (B) os alunos espectadores ou testemunhas que praticam *bullying*, mas apresentam conduta ética e solidária, e alunos-alvo, que formam grupo anti-*bullying*, uma vez que sofrem a agressão.
  - (C) os grupos formados por funcionários e professores denominados espectadores ou testemunhas ativas, já que assistem aos atos de *bullying* dos alunos autores que praticam a agressão.
  - (D) os funcionários que, assistindo aos atos de *bullying*, contribuem para minimizar o conflito; os alunos autores ou agressores; os alunos chamados de vítimas ou expectadores.
  - (E) os alunos-alvo/vítima (que sofrem o *bullying*); os alunos autores/agressores (que praticam o *bullying*) e os alunos testemunhas/espectadores (que assistem aos atos de *bullying*).
11. O alvo de *bullying* é aquele que recebe as agressões do autor, sem tê-las motivado. O autor de *bullying* é aquele que comete agressão física, psicológica, frequentemente contra seu alvo. Diante do exposto, é correto afirmar que o autor de *bullying* apresenta as seguintes características, dentre outras:
- (A) sente-se inseguro, não confia em suas qualidades, não gosta de receber ordens e resolve seus conflitos geralmente de forma agressiva.
  - (B) confia em suas qualidades, portanto, de forma geral, sente-se seguro para resolver seus conflitos e os do grupo de sua relação.
  - (C) gosta de receber ordens e as acata com facilidade, porém, necessita diminuir o outro (alvo) para se destacar perante seus amigos.
  - (D) usa a força física para conseguir o que deseja, entretanto, reflete sobre sentimento alheio, demonstrando compaixão com o próximo.
  - (E) acredita ter qualidades que o tornam líder de um grupo sem uso de violência, já que geralmente respeita decisões coletivas.
12. As Normas Gerais de Conduta Escolar/Sistema de Proteção Escolar fazem parte fundamental do processo educativo, procurando garantir a observância de regras saudáveis de convivência no ambiente escolar. Cabe a todos os integrantes da comunidade escolar conhecer esse documento, divulgá-lo e observá-lo, além de encorajarem os estudantes a respeitarem diferenças e praticarem a tolerância. Nele consta que todo aluno das escolas públicas estaduais tem direitos garantidos, tais como:
- (A) ter liberdade de substituir ou ser substituído por outro aluno na realização de avaliações e provas, quando constatada doença devidamente justificada.
  - (B) receber educação em uma escola limpa e segura, num ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância.
  - (C) ter liberdade de expressão, emitindo pontos de vista em jornais e boletins informativos escolares, veicular conteúdos de cunho comercial, racista, partidário ou de coação política.
  - (D) publicar informações de caráter pessoal, confidencial e acadêmico, armazenadas pelo sistema escolar, garantindo direito básico e individual.
  - (E) ter acesso e poder permanecer em locais restritos e não autorizados do prédio escolar, utilizando aparelhos e dispositivos de propriedade da escola, desde que para entretenimento e comunicação, mesmo sem prévia autorização.
13. O Agente de Organização Escolar é responsável por orientar os estudantes sobre normas de comportamento, contribuindo, assim, para integração, convivência saudável apropriadas ao ambiente escolar e ao processo ensino-aprendizagem. Quando há a incidência de faltas disciplinares cometidas pelos alunos, o Agente de Organização Escolar deve encaminhar os fatos para a Direção da Escola, para procedimentos cabíveis. Conforme o expresso nas Normas Gerais de Conduta Escolar, é correto afirmar que fazem parte das medidas previstas:
- (A) advertência verbal, que deve ser aplicada pelo Agente de Organização Escolar ou pelo Diretor.
  - (B) comunicação escrita dirigida aos pais ou responsáveis, que deve ser aplicada pelo professor ou pelo Agente de Organização Escolar.
  - (C) suspensão temporária de participação em visitas ou demais programas extracurriculares, que deve ser aplicada pelo Diretor de Escola.
  - (D) retirada do aluno de sala de aula ou atividade em curso e encaminhamento à Direção para orientação, que deve ser aplicada pelo Agente de Organização Escolar.
  - (E) suspensão temporária por até 5 (cinco) dias letivos, que deve ser aplicada pelo professor e pelo Conselho de Escola.

14. Um Agente de Organização Escolar faz o possível para manter clima de ordem e controle entre os alunos nos momentos de recreio. Promove palestras formativas para as crianças menores, com presença obrigatória, impedindo-as de brincar ou participar de atividades recreativas, de esporte e de lazer, já que isso, além de perturbar a ordem e disciplina do espaço, pode colocar em risco a integridade física delas. Com essa atitude, o Agente de Organização Escolar está
- (A) acatando o que rege a Constituição do Estado de São Paulo no que concerne à responsabilidade civil para evitar danos.
- (B) adequando as normas vigentes e deliberadas pelo Sistema de Proteção Escolar, garantindo, com a reprimenda e ordem, a gestão participativa.
- (C) acatando o que rege o Parecer nº 67/98, que estabelece disciplina rígida a menores de idade, que devem ser controlados para que se evitem acidentes.
- (D) acatando o estabelecido nas Normas de Conduta Escolar, que obriga funcionários a promover reuniões com associações escolares para difusão de normas e sanções disciplinares.
- (E) desacatando o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito da criança e do adolescente ao lazer, ao esporte, à liberdade de brincar, dentre outros.
15. Um adolescente de 17 anos que não teve acesso à escola na idade própria, juntamente com seus responsáveis, procurou uma escola pública estadual a fim de requerer matrícula para o 6º ano do Ciclo II do Ensino Fundamental. O agente de organização escolar que os atendeu, considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, esclareceu, corretamente, que a matrícula
- (A) não poderia ser efetivada, pois o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é restrito aos que estão na idade própria, e, nesse caso, devido à faixa etária, deixou de ser direito legal.
- (B) não poderia ser efetivada, e os responsáveis deveriam dirigir-se ao Conselho Tutelar, por ser esse órgão normativo, deliberativo para questões de acesso restrito, conforme estabelece o ECA.
- (C) seria efetivada, já que é dever do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (D) seria negada, já que casos desse porte e contexto são encaminhados para o Fórum Municipal, órgão que determina as medidas a serem aplicadas para efetuação ou não da matrícula.
- (E) seria efetivada e garantida na Rede Privada de Ensino, já que nas escolas públicas estaduais o direito de acesso e gratuidade é restrito aos que estão na idade própria, conforme rege a Constituição Federal.
16. Ao tratar de atividade laborativa em que o educando deve estar inserido no processo pedagógico visando ao seu desenvolvimento pessoal e social, dentre outros, o Estatuto da Criança e do Adolescente considera trabalho educativo
- (A) aquele traduzido pelo desenvolvimento de habilidades e competências, priorizando e prevalecendo o aspecto produtivo, desarticulado de remuneração.
- (B) o que não implica em pagamento ao trabalho efetuado pelo adolescente, já que a lei veta, de forma contundente, os fins lucrativos e remunerados.
- (C) todo e qualquer trabalho realizado pelo jovem aprendiz, com objetivos de produção e capitalismo.
- (D) a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento social e pessoal do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- (E) o que faz parte dos programas sociais sob a responsabilidade de entidades não governamentais com fins lucrativos.
17. Na hora do recreio, um agente de organização escolar percebeu que dois alunos estavam riscando a mesa do refeitório com objetos pontiagudos. Além de estar danificando o patrimônio, o porte daqueles objetos poderia causar danos à integridade física dos próprios e de outros alunos. Rapidamente, o funcionário agiu, retirando os objetos dos alunos, além de deixá-los de castigo na frente das outras crianças, até o final do recreio, como forma de punição e opressão. O procedimento adotado pelo Agente de Organização Escolar deve ser considerado
- (A) coerente com as Normas de Conduta Escolar, que impedem o aluno de depredar materiais públicos e preveem punições opressivas e discriminatórias, se necessárias, concomitantemente ao explícito no art. 5º do ECA.
- (B) relevante e justo, já que, segundo a lei, a criança e o adolescente têm direito garantido de receber tratamento de subordinação e austeridade de acordo com as penalidades vigentes no Regimento Escolar.
- (C) correto, já que situações que coloquem em risco bens públicos devem ser tratados em caráter excepcional, com punições, opressões e direitos cerceados, quando com alunos menores de 14 anos, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (D) incorreto e desnecessário, tendo em vista que, de acordo com a legislação vigente, os casos de alunos com condutas repreensíveis devem ser encaminhados à Diretoria de Ensino e, na falta dela, ao órgão competente.
- (E) incorreto, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que nenhuma criança ou adolescente poderá ser objeto de qualquer forma de discriminação, opressão, crueldade, violência, negligência e exploração.

18. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece obrigações claras, voltadas aos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, dentre elas:

- (A) comunicar ao Conselho Tutelar os casos de alunos com elevados níveis de repetência.
- (B) encaminhar ao Conselho Tutelar os casos em que houver horário especial de trabalho do jovem aprendiz.
- (C) comunicar ao Conselho Tutelar relação nominal de alunos deficientes, com atendimento especializado.
- (D) encaminhar para o Conselho Tutelar matrículas na rede regular dos portadores de deficiências e aguardar autorização.
- (E) comunicação escrita ao Conselho Regional de Medicina, dos casos de alunos com reincidência de faltas médicas.

19. Classifique em V se a assertiva for verdadeira, e em F, se for falsa.

Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, é correto afirmar que faz parte dos deveres do servidor público paulista:

- ( ) retirar documentos e objetos existentes na repartição, sempre que avaliar necessário, sem prévia permissão da autoridade competente.
- ( ) zelar pela qualidade de vida, entretendo-se, no horário de trabalho, com conversas, leituras, atividades estranhas ao serviço.
- ( ) tratar com urbanidade os companheiros de serviço e as partes.
- ( ) promover manifestações de apreço dentro da repartição ou até de despreço, tornando-se solidário com elas.
- ( ) guardar sigilo sobre assuntos da repartição, especialmente sobre despachos, decisões ou providências.

Assinale a alternativa que possui a classificação correta, de cima para baixo.

- (A) V, F, F, V e V.
- (B) F, F, V, F e V.
- (C) F, V, F, V e F.
- (D) V, V, V, F e F.
- (E) F, V, F, V e V.

20. Estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo que o funcionário

- (A) pode valer-se de seu cargo para desempenhar atividade estranha à função, logrando proveito para melhoria salarial.
- (B) deve receber estipêndios somente de firmas fornecedoras ou de entidades fiscalizadoras no País, vedado quando no caso de entidades estrangeiras.
- (C) deve, sempre que possível, fazer contratos comerciais com o Governo, por si, ou como representante de outrem, para o bem do serviço público.
- (D) deve promover, por urbanidade e coleguismo, listas de donativos dentro da repartição, bem como pode exercer comércio entre seus companheiros de serviço.
- (E) deverá ser assíduo e pontual e apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso.

21. Assinale a alternativa que condiz com o estabelecido na Lei Nº 10.261/68, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

- (A) É dever do funcionário público praticar usura e proibido promover ou subscrever lista de donativos na repartição, constituindo-se falta grave.
- (B) É vetado ao funcionário público guardar sigilo sobre assuntos da repartição, especialmente sobre despachos, encaminhamentos ou providências, uma vez que se constitui direito a publicidade de informações.
- (C) É vedado ao funcionário trabalhar sob ordens imediatas de parentes até segundo grau, salvo quando se tratar de função de confiança e livre escolha, não excedendo o número de dois auxiliares nessas condições.
- (D) É facultativo ao funcionário público, portanto um dever, fundar sindicato de funcionários, desde que compatível com seu cargo de origem ou função.
- (E) É proibido ao funcionário público estar em dia com as leis, instruções, regulamentos, regimentos e ordens de serviço que digam respeito às suas funções.

22. Nos termos da Constituição do Estado de São Paulo, pensando na proteção da família, da criança, do adolescente, do idoso e dos portadores de deficiências, o Poder Público promoverá programas especiais, admitindo participação de entidades não governamentais, tendo como um dos propósitos:
- (A) matrícula obrigatória e gratuita nas escolas da rede privada de ensino, para toda criança e jovem portador de deficiência com idade entre 7 e 14 anos.
  - (B) garantia, às pessoas idosas, de inclusão e frequência em alguns equipamentos, serviços e programas culturais previamente especificados em lei, de acordo com a faixa etária.
  - (C) criação e manutenção de serviços de prevenção, orientação, recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência.
  - (D) subsídios com recursos públicos para a aquisição de planos de saúde, bem como de atendimento em hospitais particulares psiquiátricos.
  - (E) acesso adequado a edifícios de uso público, excluindo-se logradouros e veículos de transporte regional a portadores de deficiências.
23. Uma escola para todos aponta para inclusão escolar, integração e respeito à diversidade. Nesse sentido, a Constituição do Estado de São Paulo estabelece que
- (A) o Ensino Público se responsabilizará pelo ensino fundamental regular gratuito diurno, garantindo aos trabalhadores curso noturno apenas profissionalizante em respeito à inclusão.
  - (B) o Estado proverá atendimento do Ensino Médio noturno em classes especiais aos jovens portadores de deficiências, desde que atendida demanda dos que possuem 14 anos completos.
  - (C) garantindo inclusão, o Estado aplicará, anualmente, o mínimo de quarenta por cento da receita resultante de impostos, para ampliação e programas voltados aos portadores de deficiências que ingressaram no mercado de trabalho.
  - (D) será garantido Ensino Médio com formação do Magistério para que os futuros docentes atuem nas disciplinas específicas do Ensino Fundamental, incluindo curso noturno regular nas áreas de Ciências Exatas e Humanas.
  - (E) caberá ao Poder Público prover o Ensino Fundamental diurno e noturno, regular e supletivo, adequado às condições de vida do educando que já tenha ingressado no mercado de trabalho.
24. Assinale a alternativa correta de acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de São Paulo.
- (A) Compete aos conselhos de escola recensear os alunos na educação básica e fundamental, e zelar junto aos pais pela frequência à escola.
  - (B) O Conselho Estadual de Educação é órgão normativo, consultivo e deliberativo do sistema de ensino do Estado de São Paulo, com atribuições, organização e composição definidas em lei.
  - (C) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo para as escolas particulares de todas as regiões do estado.
  - (D) O não oferecimento de vagas gratuitas no ensino superior privado obrigatório, pelo poder público, importa responsabilidade da autoridade competente.
  - (E) É dever do poder público o oferecimento de vagas para portadores de deficiências obrigatoriamente na rede regular de ensino.
25. Um Agente de Organização Escolar, ciente de suas atribuições, principalmente no que tange a atendimento aos alunos, ao constatar que um deles necessita de melhores condições de vida, já que a família vem enfrentando dificuldades financeiras para subsistência, incita a equipe escolar a colaborar, promovendo lista de donativos, fixada no interior da escola. Trata-se de um aluno bem comportado, razão principal para o Agente manifestar seu apreço. De acordo com o estabelecido no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, essa ação
- (A) é permitida, pois consta como norma de convivência pacífica, conforme artigo específico do Estatuto dos Funcionários, que estabelece anuência para subscrição de listas de donativos dentro da repartição.
  - (B) é proibida, pois o funcionário não deve manifestar-se publicamente a favor ou a desfavor de alguém ou alguma causa dentro da repartição, ou tornar-se solidário com ela, bem como promover lista de donativos.
  - (C) é justificada, já que consta nos deveres do funcionário público anuência para tratar de interesses particulares ou de causas que julgar solidárias, na repartição.
  - (D) faz parte dos deveres de um funcionário público tratamento igualitário e discriminatório a todos que fazem parte da repartição.
  - (E) é permitida, já que é dever do funcionário público promover manifestações de apreço dentro da repartição, promovendo ou subscrevendo listas de donativos quando necessário.

26. Conforme o estabelecido nas Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, referente ao regimento escolar próprio, a ser elaborado pela unidade escolar, é correto afirmar que
- (A) esse documento será validado exclusivamente pelo Supervisor de Ensino da escola, após apreciação do Conselho Municipal de Educação, por ser a instância maior dentro do âmbito escolar.
  - (B) em seu regimento, a Unidade Escolar dará tratamento diferenciado a aspectos administrativos e didáticos, assegurando e preservando o atendimento às suas características e especificidades.
  - (C) as Unidades Escolares darão tratamento igualitário em seu regimento, aos aspectos burocráticos e didáticos, ressaltando os dispositivos contidos nas características comuns das Escolas Estaduais do Estado de São Paulo.
  - (D) o regimento, por ser público e norteador, deverá ser elaborado e apreciado pelo Diretor da Escola, já que dele é a responsabilidade de torná-lo operante, bem como de aprová-lo.
  - (E) o regimento de cada Unidade Escolar deverá ser submetido e encaminhado, para aprovação, aos órgãos públicos vigentes, dentre eles: Conselho Tutelar, Conselho de Escola e Conselho Estadual de Educação.
27. De acordo com o Parecer CEE nº 67/98, no que se refere a normas de gestão e convivência, é correto afirmar que
- (A) não serão explicitadas no regimento da escola, já que dizem respeito a deveres dos diferentes segmentos escolares.
  - (B) não visam orientar princípios que regem relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola.
  - (C) contemplam as formas de acesso, mas não as de utilização coletiva dos diferentes ambientes escolares.
  - (D) serão elaboradas com participação representativa dos envolvidos no processo educativo: pais, alunos, professores e funcionários.
  - (E) não contemplam responsabilidade individual ou coletiva na manutenção de equipamentos, salas de aula e demais ambientes.
28. Quando se fala em “melhoria da educação”, o Agente de Organização Escolar sabe que ela depende da real sintonia da escola com ela mesma, bem como da valorização de todos os participantes do processo educativo, num trabalho coletivo e ajustado na convivência. Desta forma, cada um com suas atribuições tem igual importância na construção dessa melhoria. O núcleo operacional tem importante papel nesse contexto, já que, conforme as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, aprovadas pelo Parecer CEE nº 67/98, sua função é de apoiar as ações complementares de natureza administrativa e curricular, dentre elas:
- (A) organização e atualização de arquivos e aquisição de gêneros alimentícios.
  - (B) registro e controle de bens patrimoniais e conservação das áreas internas da escola.
  - (C) controle, manutenção e conservação de mobiliários, equipamentos e materiais didático-pedagógicos.
  - (D) expedição de documentos, escrituração escolar e conservação de gêneros alimentícios.
  - (E) registro e controle de bens patrimoniais e registro e controle de expedientes.
29. Um Agente de Organização Escolar de uma escola próxima à zona rural de um município do Estado de São Paulo é representante dos funcionários no Conselho de Escola. Um de seus pares solicitou que ele levasse como sugestão para a elaboração das normas de convivência, a proibição da entrada de alunos com chinelos, tanto na escola como no local de merenda, alegando questão de segurança e higiene. O representante dialogou com seu grupo, explicando que não poderia levar essa sugestão, pois, segundo consta nas Normas Regimentais Básicas para Escolas Estaduais,
- (A) as questões de cunho pessoal, vestimenta e outros, fazem parte de ordem pedagógica envolvendo professores, não funcionários.
  - (B) as normas de convivência não visam orientar e nortear as relações profissionais, deixando de atender as interpessoais, como no caso em questão.
  - (C) as normas de convivência convergem para o interior da escola, portanto, questões de seu entorno serão discutidas em outros fóruns.
  - (D) a escola não poderá fazer solicitações que impeçam a frequência de alunos às atividades escolares ou que os sujeitem a discriminação e constrangimento de qualquer ordem.
  - (E) o papel da escola é estipular regras rígidas de acesso a todos os alunos, não cabendo cumprir regras de permanência nos diversos ambientes escolares, incluindo espaço de merenda.

30. A autonomia da escola como mecanismo de fortalecimento da gestão democrática, seja nos aspectos pedagógicos, financeiros ou administrativos, será assegurada mediante a

- (A) constituição e funcionamento dos Conselhos de Classe, Conselhos Tutelares e Conselhos Deliberativos Financeiros.
- (B) capacidade de cada escola, coletivamente, formular, implementar e avaliar sua proposta pedagógica e seu plano de gestão.
- (C) constituição de equipe autônoma da comunidade local para aplicar e administrar recursos financeiros para gastos de recursos públicos, independentemente da legislação.
- (D) participação das empresas privadas no financiamento de atividades extracurriculares, como forma de valorização à proposta pedagógica vigente.
- (E) participação dos governos locais na proposta pedagógica da escola, favorecendo corporativismo e situações de conflitos.

31. Quanto às atribuições gerais dos funcionários em exercício, relacione os cargos da coluna A às suas respectivas atribuições, na coluna B, conforme Manual de Procedimentos e Padronização de Documentos Escolares (2013).

COLUNA A	COLUNA B
1. Gerente de Organização Escolar	a. Mantém atualizados os prontuários dos alunos.
2. Secretário de Escola	b. Lança notas e frequências dos alunos no Sistema de Avaliação e Frequência.
3. Agente de Organização Escolar	c. Executa as atividades da secretaria da escola determinadas pelo diretor escolar.
	d. Responsável pelo acompanhamento e controle das atividades da secretaria escolar.
	e. Tem a função de garantir o cumprimento das atividades e o atendimento às necessidades da unidade escolar.

Assinale a alternativa que apresenta a relação correta.

- (A) a-3, b-3, c-2, d-2, e-1.
- (B) a-3, b-3, c-2, d-1, e-1.
- (C) a-2, b-2, c-2, d-1, e-3.
- (D) a-2, b-3, c-2, d-1, e-1.
- (E) a-3, b-3, c-1, d-1, e-2.

32. Com relação aos procedimentos de Escrituração Escolar, analise as assertivas a seguir.

A \_\_\_\_\_ é o procedimento pedagógico por meio do qual a escola complementa e ajusta a escolaridade do aluno com disciplinas ou conteúdos obrigatórios não cursados anteriormente pelo estudante.

A \_\_\_\_\_ é o procedimento que reconhece os estudos realizados previamente pelo estudante em instituições de ensino autorizadas pelos órgãos competentes.

A \_\_\_\_\_ é necessária quando não há componentes curriculares na matriz do curso em vigência, objeto de matrícula do aluno.

A \_\_\_\_\_ sinaliza que existe correspondência entre os estudos realizados em uma instituição escolar do exterior e aqueles regulamentados pelo Sistema de Ensino Brasileiro.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas, segundo o Manual de Procedimentos e Padronização de Documentos Escolares (2013).

- (A) adaptação de estudos ... equivalência de estudos ... adaptação de estudos ... equivalência de estudos
- (B) equivalência de estudos ... equivalência de estudos ... adaptação de estudos ... equivalência de estudos
- (C) adaptação de estudos ... adaptação de estudos ... equivalência de estudos ... equivalência de estudos
- (D) equivalência de estudos ... adaptação de estudos ... equivalência de estudos ... adaptação de estudos
- (E) equivalência de estudos ... equivalência de estudos ... adaptação de estudos ... adaptação de estudos

33. O Manual de Procedimentos e Padronização de Documentos Escolares (2013) constitui-se em um instrumento de organização, operacionalização e uniformização da escrituração escolar, no que se refere à vida estudantil de todos os alunos. Sendo assim, o conhecimento de seu conteúdo é necessário aos profissionais da secretaria escolar.

De acordo com esse manual, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos os alunos que ultrapassarem o limite de 50% do total de aulas dadas em cada bimestre têm direito a compensação.
- (B) A escrituração do histórico escolar é realizada a qualquer momento, apresentando os resultados das séries nas quais o aluno tenha sido promovido.
- (C) A Terminalidade Escolar Específica é um documento que certifica a conclusão de Ciclo do Ensino Fundamental para todos os estudantes com desempenho normal ou acima da média.
- (D) A Educação Física é disciplina de oferecimento facultativo pela escola e, quando houver, os estudantes da Educação Básica têm a obrigatoriedade de cursá-la.
- (E) A reposição de dias letivos e/ou aulas nas escolas estaduais deve ocorrer ao longo do período letivo e em horário diverso ao das aulas regulares.

- 34.** Segundo o Manual de Direitos dos Funcionários e Servidores do Estado de São Paulo (2013), está correto o que se afirma em:
- (A) tanto as faltas justificadas quanto as injustificadas são passíveis de demissão do funcionário e se fazem objeto de investigação.
  - (B) o adicional por tempo de serviço é concedido a cada 5 anos de efetivo exercício contínuo ou não, e significa um aumento de 5% dos vencimentos por adicional concedido, calculado sobre o salário.
  - (C) o auxílio transporte é pago aos servidores sobre todos os dias da semana trabalhados, incluindo férias, licenças e feriados.
  - (D) o abono de permanência é um valor mensal, oferecido a todos os servidores que decidem permanecer na cidade onde atuam, quando o cônjuge é transferido para trabalhar em outro município.
  - (E) ao funcionário ou servidor, é proibido afastar-se para concorrer a cargo político, 03 (três) meses antes da eleição, sendo considerado esse período de efetivo exercício.
- 35.** Segundo a Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Gestão Pública, a licença do trabalho de 90 (noventa) dias em cada período de 5 (cinco) anos de exercício oferecida aos servidores da administração direta e das autarquias, submetidos ao regime estatutário, desde que não tenham sofrido qualquer penalidade administrativa, define-se como
- (A) licença gestante.
  - (B) licença para capacitação.
  - (C) licença-prêmio.
  - (D) licença médica.
  - (E) licença para serviço eleitoral.
- 36.** Segundo o Manual de Procedimentos em Perícias Médicas da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (2013), é correto afirmar:
- (A) a doença incapacitante é uma enfermidade que provoca incapacidade no desempenho das funções do servidor, produzindo o processo de invalidez no trabalho.
  - (B) entende-se por invalidez do servidor a incapacidade parcial ou total, permanente, ou provisória e omniprofissional para o desempenho das atribuições do cargo ou função.
  - (C) a deficiência gera limitação ou incapacidade total para o desempenho da atividade laboral, provocando o processo de invalidez no trabalho.
  - (D) as doenças endêmicas, contraídas no exercício do trabalho, são caracterizadas como doenças relacionadas ao trabalho.
  - (E) a readaptação do servidor só poderá ocorrer se a redução de seu estado de saúde configurar a necessidade de aposentadoria.
- 37.** O registro da frequência mensal dos funcionários/servidores da unidade escolar, conforme Manual do Livro-Ponto (2013), deve, entre outros, obedecer ao seguinte procedimento:
- (A) o número da página de cada professor será definido através da organização do livro por ordem crescente dos respectivos números de RG dos professores.
  - (B) registrar no livro-ponto o nome dos docentes em ordem decrescente por tempo de serviço naquela unidade de ensino.
  - (C) atualizar mensalmente os registros das ocorrências e a caracterização de cada uma delas, conforme normas legais em vigor.
  - (D) atualizar diariamente o quadro indicador, registrando para cada docente seu novo número de página.
  - (E) para o servidor readaptado, com exercício na unidade escolar, deverá ser adotado um livro-ponto diferenciado.
- 38.** Conforme legislação e normas da contagem de tempo do servidor do Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) o tempo de serviço gratuito e o período de licença-saúde serão computados para contagem de tempo, com fins à aposentadoria.
  - (B) é permitida a acumulação de tempo de serviço concorrente ou simultaneamente prestado em dois ou mais cargos ou funções.
  - (C) os afastamentos para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, bem como para promoção por merecimento, são considerados para tempo de serviço.
  - (D) as faltas abonadas até o limite de 6 por ano, respeitando um espaço de 2 meses entre si, são consideradas de efetivo exercício para todos os fins.
  - (E) a promoção, a progressão, o adicional por tempo de serviço, a sexta parte, a licença-prêmio e a incorporação de décimos constituem-se vantagens pecuniárias.

39. A cartilha *O caminho da Previdência dos Servidores Públicos – Aposentadoria* informa que aposentar-se é um direito constitucional atribuído aos trabalhadores, em geral, independentemente da área de atuação, mediante contribuição. Segundo o texto dessa cartilha, o servidor terá assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos integrais quando tiver
- (A) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e sessenta anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
  - (B) cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e cinco anos de efetivo exercício.
  - (C) tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
  - (D) cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria, se homem, e três anos, se mulher.
  - (E) tempo de contribuição de, no mínimo, trinta e cinco anos, tanto o homem quanto a mulher.
40. O modelo de Gestão de Pessoas nas empresas deve levar em conta o desenvolvimento das competências tanto organizacionais quanto individuais. Segundo Joel Souza Dutra, no livro *Contribuições da Gestão de Pessoas na Administração Pública* (Hélio Teixeira, Ivani Bassotti e Thiago Santos):
- (A) as competências organizacionais são oriundas dos processos de desenvolvimento dos membros que nelas atuam e concretizadas no patrimônio de conhecimento desses indivíduos.
  - (B) é preciso sobrecarregar de tarefas mais complexas o funcionário com mais competências, sem que seja reconhecido por isso, enquanto os menos competentes ficam com as tarefas mais simples.
  - (C) competência significa ação responsável, que mobiliza, integra, transfere conhecimentos, habilidades, os quais agregam valor econômico à empresa e valor social ao indivíduo.
  - (D) o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes dos membros das organizações garante desenvolvimento do servidor, porém não produz valor competitivo às empresas.
  - (E) é impossível aplicar o sistema de competências na Gestão de Pessoas, e essa prática não vem ocorrendo, especialmente no serviço público, em função de sua complexidade.
41. Para Joel Souza Dutra, no livro *Contribuições da Gestão de Pessoas na Administração Pública* (Hélio Teixeira, Ivani Bassotti e Thiago Santos), toda a organização deve possuir um conjunto de políticas e práticas de gestão de pessoas. Segundo esse autor:
- (A) as competências organizacionais e as competências individuais são conhecimentos distintos e específicos, sem inter-relação entre si.
  - (B) o conceito de complexidade permite estender a noção de competência para remuneração, avaliação e carreira, possibilitando seu uso como conceito integrador de Gestão de Pessoas.
  - (C) empresas que conseguem avanços na Gestão de Pessoas dificilmente oferecem aos funcionários condições para construir seus projetos de carreira e desenvolvimento profissional.
  - (D) o profissional que aprende a trabalhar em níveis mais altos de complexidade e abstração prejudica seu desenvolvimento profissional, dificultando o sucesso da empresa.
  - (E) a ideia de profissional multifuncional ou polivalente é ultrapassada, pois, no contexto atual, são necessários colaboradores com conhecimentos técnicos especializados.
42. Moacir Gadotti, em seu texto *Gestão democrática com participação popular: no planejamento e na organização educacional*, afirma que a gestão democrática não é só um princípio pedagógico mas é também um preceito constitucional, e entende a participação social e popular como princípio inerente à democracia. Com base nesse texto, é correto afirmar que
- (A) o princípio constitucional da gestão democrática limita-se à educação básica, uma vez que comporta a maior parte dos estudantes brasileiros.
  - (B) apesar de democrática, a gestão das escolas necessita de certa dose de autoritarismo, sem o qual não há disciplina, e sem disciplina não há gestão.
  - (C) a existência da gestão democrática é fundamental nas unidades escolares, porém exerce pouco impacto na aprendizagem dos estudantes.
  - (D) a gestão democrática das escolas deve se preocupar basicamente com a formação de uma sociedade justa e igualitária em detrimento da formação cidadã dos alunos.
  - (E) a gestão democrática como princípio pedagógico e como preceito constitucional não se restringe à escola; ela impregna todos os sistemas e redes de ensino.

43. Antônio e seus colegas de trabalho estão reivindicando melhorias na empresa na qual trabalham, por meio de lutas sindicais. Silvana é moradora de uma comunidade e participa da associação dos moradores com o intuito de também melhorar suas condições de moradia e as de seus vizinhos. Conforme o artigo *Gestão democrática com participação popular: no planejamento e na organização educacional* (Moacir Gadotti), tanto Antônio quanto Silvana estão atuando em
- (A) participação social.
  - (B) gestão pública.
  - (C) ação cidadã.
  - (D) participação popular.
  - (E) ação social.
44. Com relação ao artigo 40 da Constituição Federal de 1988, está correto, nos termos da lei, o que se afirma em:
- (A) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores portadores de deficiência, os que exercem atividades de risco e aqueles em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
  - (B) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos ficando os inativos e pensionistas sem direito a qualquer regime previdenciário.
  - (C) É permitida a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.
  - (D) Os servidores abrangidos pelo regime de previdência serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 60 (sessenta) anos de idade, se for mulher, ou aos 65 (sessenta e cinco), se for homem, ou ainda em processo de invalidez permanente, na forma de lei complementar.
  - (E) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, poderão exceder à remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, caso esse servidor tenha efetuado horas extras, seja portador de deficiência, ou ainda tenha exercido atividades de risco.
45. De acordo com a redação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de
- (A) educação básica obrigatória e gratuita de 0 (zero) aos 14 (catorze) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
  - (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino, porém, se necessário, na rede de educação especial.
  - (C) atendimento em creche e pré-escola às crianças de 4 (quatro) meses a 6 (seis) anos de idade e no ensino fundamental a partir dos 7 anos.
  - (D) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
  - (E) oferta de ensino noturno regular, quando o educando não tiver acesso ao ensino diurno ou vespertino.
46. Considere os itens a seguir:
- a) prova de nacionalidade brasileira;
  - b) prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;
  - c) prova de estar no gozo dos direitos políticos;
  - d) prova de boa conduta;
  - e) prova de sanidade e capacidade física;
  - f) títulos científicos ou profissionais que comprovem a habilitação para o desempenho da função técnica, reconhecidamente especializada;
  - g) minuta de contrato.
- De acordo com a Lei nº 500, de 13 de novembro de 1974, os itens citados referem-se aos documentos dos servidores necessários por ocasião de sua
- (A) admissão.
  - (B) aposentadoria.
  - (C) exoneração.
  - (D) licença-prêmio.
  - (E) licença-saúde.

47. A Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011, institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação. De acordo com essa Lei, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto a seguir.

A \_\_\_\_\_ é a passagem do servidor de um nível para outro imediatamente superior dentro de uma mesma faixa da respectiva classe, e a \_\_\_\_\_ é a passagem do servidor da faixa em que seu cargo ou função-atividade se encontra para a faixa imediatamente superior, mantido o nível de enquadramento, devido à aquisição de competências adicionais às exigidas.

- (A) promoção ... progressão
- (B) substituição ... promoção
- (C) progressão ... promoção
- (D) readaptação ... progressão
- (E) progressão ... remoção

48. O Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, está norteado pela Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011. Nos termos dessa Lei, está correto o que se afirma em:

- (A) a Progressão será realizada num interstício de 2 (dois anos), mediante processo de avaliação de desempenho, obedecido o limite de até 20% (vinte por cento) do total de servidores titulares de cargos ou ocupantes de funções-atividades integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar.
- (B) durante o período de estágio probatório, o servidor poderá ser afastado ou licenciado do seu cargo para participação em curso específico de formação decorrente de aprovação em concurso público para outro cargo na Administração Pública Estadual.
- (C) o Adicional de Local de Exercício será calculado mediante aplicação do coeficiente 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) sobre a Unidade Básica de Valor – UBV, observada a jornada de trabalho a que estiver sujeito o servidor.
- (D) com relação à remuneração dos servidores abrangidos pelo Plano de Cargos, Vencimentos e Salários, são vedadas algumas vantagens pecuniárias como sexta parte, décimo terceiro salário, um terço de férias e ajuda de custo.
- (E) para haver promoção, o servidor deve contar com, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo exercício na faixa em que o cargo ou função-atividade estiver enquadrado, bem como ter sido aprovado em avaliação teórica para aferir a aquisição de competências adicionais às exigidas para ingresso.

49. A Lei Complementar nº 1.010, de 2007, afirma que a SPPREV tem por finalidade administrar o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos – RPPS e o Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM. De acordo com essa entidade gestora, está correto o que se afirma em:

- (A) cabe à entidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização dos regimes, deixando o pagamento e a manutenção dos benefícios assegurados pelos regimes sob responsabilidade do Distrito Federal.
- (B) é vedada a essa entidade a arrecadação e cobrança dos recursos e contribuições necessários ao custeio dos regimes, bem como a gestão dos fundos e recursos arrecadados.
- (C) é de responsabilidade dessa instituição celebrar convênios ou consórcios com outros Estados ou Municípios com o objetivo de pagamento de benefícios, como também aplicar recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal.
- (D) é permitido a essa instituição conceder empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e a entidades da Administração indireta e aos servidores públicos ativos e inativos.
- (E) cabe a essa entidade a arrecadação e cobrança dos recursos e contribuições necessários ao custeio dos regimes, bem como a manutenção permanente do cadastro individualizado dos servidores públicos ativos e inativos.

50. De acordo com a Lei Complementar nº 1.054, de 7 de julho de 2008, está correto o que se afirma em:

- (A) o pai tem direito à licença-paternidade de 30 (trinta dias) contados a partir do dia do nascimento do seu filho.
- (B) é permitido à servidora manter seu filho de 0 (zero) a 4 (quatro) meses de idade em creche ou organização similar para cuidar da criança.
- (C) o servidor público poderá obter licença de 180 (cento e oitenta) dias, com vencimentos ou remuneração integrais, quando adotar menor de até 10 (dez) anos de idade.
- (D) poderá a servidora exercer qualquer atividade remunerada no período de licença gestante.
- (E) salvo prescrição médica em contrário, a licença gestante poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação.

51. O servidor público não perderá o vencimento, a remuneração ou o salário do dia, nem sofrerá desconto, em virtude de consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde referentes à sua própria pessoa, desde que o comprove por meio de atestado ou documento idôneo equivalente, obtido junto ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, órgãos públicos e serviços de saúde contratados ou conveniados integrantes da rede do Sistema Único de Saúde – SUS, laboratórios de análises clínicas regularmente constituídos ou por qualquer dos profissionais da área de saúde que faz parte integrante da Lei Complementar nº 1.041, de 14 de abril de 2008, devidamente registrado no respectivo Conselho Profissional de Classe, quando

- (A) acompanhar consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde de seus filhos menores; menores sob sua guarda legal devida ou com deficiência, desde que ateste a necessidade desse acompanhamento.
- (B) deixar de comparecer ao serviço, até o limite de 5 (cinco) ausências ao ano, independentemente da jornada a que estiver sujeito, ainda que sob o regime de plantão, não podendo exceder a 1 (uma) ao mês.
- (C) entrar após o início do expediente, retirar-se antes de seu término ou dele ausentar-se temporariamente, até o limite de 2 (duas) horas diárias, desde que sujeito à jornada de 30 (trinta) horas semanais.
- (D) comprovar sua ausência até 3 (três) dias imediatamente subsequentes ao dia da ausência, mediante atestado assinado pelo médico, em que constem dia e horário da consulta ou do tratamento.
- (E) acompanhar parentes, vizinhos, amigos, cônjuge, padrasto, madrasta e demais pessoas, desde que comprove, no dia seguinte, a ausência e, mediante atestado médico ou documento equivalente, o vínculo afetivo com essa pessoa.

52. Nos termos do Decreto nº 58.648, de 3 de dezembro de 2012, o concurso de promoção será realizado devidamente precedido de publicação de edital, que o regulamentará a cada

- (A) um ano.
- (B) dois anos.
- (C) três anos.
- (D) cinco anos.
- (E) seis anos.

53. Leia o texto a seguir.

A jornada de trabalho dos servidores sujeitos à prestação de \_\_\_\_\_ de serviço será cumprida, obrigatoriamente, em \_\_\_\_\_ períodos dentro da faixa horária compreendida entre \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, com intervalo de \_\_\_\_\_ hora(s) para alimentação e descanso.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com o Decreto nº 52.054, de 14 de agosto de 2007.

- (A) 30 (trinta) horas semanais ... dois ... oito e dezoito horas ... segunda a sexta-feira ... duas
- (B) 40 (quarenta) horas semanais ... três ... oito e dezoito horas ... segunda a sexta-feira ... uma
- (C) 44 (quarenta e quatro) horas semanais ... dois ... oito e dezoito horas ... segunda a sábado ... duas
- (D) 40 (quarenta) horas semanais ... dois ... oito e dezoito horas ... segunda a sexta-feira ... duas
- (E) 40 (quarenta) horas semanais ... dois ... sete e dezoito horas ... segunda a sexta-feira ... uma

54. O Decreto nº 57.462, de 26 de outubro de 2011, regulamenta o processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar. Nos termos desse decreto, o processo de certificação ocupacional destinado à função de Gerente de Organização Escolar é composto de três etapas: estabelecimento da matriz de competência; avaliação de competências; desenvolvimento de competências. Com base nesse documento, relacione as colunas A e B.

COLUNA A	COLUNA B
1. Matriz de competência	a. definição do perfil adequado ao exercício da referida função e será estabelecida a partir da análise ocupacional sobre requisitos, conhecimentos, responsabilidades e habilidades adequados ao desempenho das atividades inerentes à função de Gerente de Organização Escolar.
2. Avaliação de competência	b. visa promover a atualização e o aperfeiçoamento do servidor certificado e designado para o exercício da função de Gerente de Organização Escolar.
3. Desenvolvimento de competência	c. visa aferir, por intermédio de exame, os conhecimentos e as habilidades técnicas do servidor em relação às competências definidas para o exercício da função de Gerente de Organização Escolar.

Assinale a alternativa que apresenta a relação correta.

- (A) a-1, b-2, c-3.
- (B) a-1, b-3, c-2.
- (C) a-2, b-3, c-1.
- (D) a-2, b-1, c-3.
- (E) a-3, b-2, c-1.

55. O Decreto nº 58.855, de 23 de janeiro de 2013, regula a Avaliação Especial de Desempenho para fins de estágio probatório dos integrantes das classes de cargos abrangidos pela Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011. Segundo esse decreto, a Avaliação Especial de Desempenho constitui

- (A) um sistema de avaliações compostas por provas escritas e orais; apresentação de portfólios com todas as produções realizadas durante o período probatório, com o intuito de verificar as habilidades e aptidões do servidor em exercício.
- (B) um processo de exames escritos cujos conteúdos referem-se às atividades realizadas cotidianamente pelo servidor nos cargos de Agente Escolar, Secretário de Escola e Gerente Escolar, bem como entrevistas individuais para aferição das capacidades de atendimento ao público.
- (C) um conjunto de ações planejadas e coordenadas, com vistas ao acompanhamento contínuo do desempenho do servidor durante o período de estágio probatório, verificando sua aptidão e capacidade para o exercício das atribuições inerentes ao respectivo cargo.
- (D) uma escala de atitudes que visa realizar a medição das capacidades do servidor relacionadas à assiduidade, proatividade, iniciativa, produtividade, habilidade de propor ideias, administração de tarefas no seu cotidiano e priorização dessas tarefas de acordo com os correspondentes graus de relevância.
- (E) um projeto idealizado e concretizado pela Secretaria da Educação como forma de avaliar de forma sistemática os servidores integrantes dos cargos de Agente Escolar, Secretário de Escola e Gerente Escolar, com vistas a disciplinar as atividades desse pessoal no âmbito das escolas.

56. A Resolução SE nº 85, de 24 de agosto de 2012, dispõe sobre a designação de Gerente de Organização Escolar e dá providências correlatas. Nos termos desse documento, a indicação do servidor a ser designado para a função, bem como do seu substituto, dentre os servidores certificados no âmbito da respectiva unidade escolar, é de responsabilidade do

- (A) Supervisor de Ensino.
- (B) Coordenador de Classe.
- (C) Secretário da Educação.
- (D) Diretor de Escola.
- (E) Dirigente de Ensino.

57. Observe a barra de tarefas do MS-Windows 7, na sua configuração padrão, apresentada parcialmente na figura.



Assinale a alternativa que contém um dos acessórios MS-Windows 7 abertos no computador do usuário.

- (A) Microsoft Excel.
- (B) Microsoft Word.
- (C) Windows Explorer.
- (D) Notas Autoadesivas.
- (E) Calculadora.

58. Observe, na figura I, uma planilha do MS-Excel 2010, em sua configuração original, com o recurso Filtro ativado na linha 32, e, na figura II, os parâmetros de filtro que serão aplicados pelo usuário na coluna B.

FIGURA I

	A	B	C	D
31	Meses de desembolso	M7-M19		
32		Ativos	Cash	Crédito
33	M1	420		
34	M2			
35	M3	105		
36	M4			
37	M5			
38	M6	134,4		
39	M7			18
40	M8			
41	M9	793,8		
42	M10	565,2		
43	M11			
44	M12	268,8		
45	M13	115,2		
46	M14			
47	M15	255,36		
48	M16	115,2		
49	M17			
50	M18	120,96		
51	M19	103,68		

FIGURA II

Após a aplicação dos filtros da figura II, serão exibidas somente as seguintes linhas da planilha: 31, 32,

- (A) 34, 36, 37, 39, 40, 43, 46 e 49.
- (B) 34, 36, 37, 40, 43, 46 e 49.
- (C) 35, 38, 45, 47, 48, 50 e 51.
- (D) 38, 45, 47, 48, 50 e 51.
- (E) 38, 45, 48 e 50.

Com base na Cartilha de Segurança para Internet da Cert.br, responda às questões de números **59** e **60**.

- 59.** Uma das técnicas de ataque criminosas consiste em adivinhar, por tentativa e erro, um nome de usuário e senha e, assim, executar processos e acessar sites, computadores e serviços em nome e com os mesmos privilégios desse usuário. Essa técnica é conhecida como
- (A) Varredura em redes (Scan).
  - (B) Força bruta (Brute force).
  - (C) Interceptação de tráfego (Sniffing).
  - (D) E-mail spoofing.
  - (E) Desfiguração de página (Defacement).
- 60.** Keylogger, Screenlogger e Adware são programas maliciosos (malware) classificados como
- (A) Cavalo de troia (Trojan).
  - (B) Worm.
  - (C) Bot e botnet.
  - (D) Spyware.
  - (E) Backdoor.





